

ENEM 2018

REDAÇÃO

TEXTO DISSERTATIVO

ESTRUTURA

- TEMA



- TESE



- ARGUMENTOS



- PROPOSTA DE INTERVENÇÃO



A prova de redação exigirá de você a produção de um texto em **prosa**, do tipo **dissertativo argumentativo**, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. Nessa redação, você deverá defender uma **tese** – uma opinião a respeito do tema proposto –, apoiada em **argumentos** consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Seu texto deverá ser redigido de acordo com a **modalidade escrita formal** da língua portuguesa. Você deverá, também, elaborar uma **proposta de intervenção social** para o problema apresentado no desenvolvimento do texto que respeite os **direitos humanos**.

COMPETÊNCIAS

- **Competência 1:** Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
- **Competência 2:** Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
- **Competência 3:** Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
- **Competência 4:** Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
- **Competência 5:** Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.



Como o Enem corrige sua Redação?

A NOTA:

O texto produzido por você será avaliado por, pelo menos, dois professores, de forma independente, sem que um conheça a nota atribuída pelo outro.

Cada avaliador atribuirá uma nota entre 0 e 200 pontos para cada uma das cinco competências, e a soma desses pontos comporá a nota total de cada avaliador, que pode chegar a 1.000 pontos. A nota final do participante será a média aritmética das notas totais atribuídas pelos dois avaliadores.

O QUE É CONSIDERADO DISCREPÂNCIA?

- Considera-se discrepância quando as notas atribuídas pelos avaliadores
 - diferirem, no total, por mais de 100 pontos; ou
 - obtiverem diferença superior a 80 pontos em qualquer uma das competências.

Qual a solução para o caso de haver discrepância entre as duas avaliações iniciais?

- - A redação será avaliada, de forma independente, por um terceiro avaliador.
- - A nota final será a média aritmética das duas notas totais que mais se aproximarem.

- E se a discrepância ainda continuar depois da terceira avaliação?

- A redação será avaliada por uma banca presencial composta por três professores, que atribuirá a nota final do participante.

Como é observado o Acordo Ortográfico?

- A Competência 1 avalia se o participante domina a modalidade escrita formal da língua portuguesa, o que inclui o conhecimento das convenções da escrita, entre as quais se encontram as regras de acentuação gráfica, regidas pelo atual Acordo Ortográfico. Este já está em vigor e deve ser seguido, na escrita formal, por todos, inclusive pelo participante do Enem.

Quais as razões para se atribuir nota zero a uma redação?

- fuga total ao tema;
- não obediência à estrutura dissertativo-argumentativa;
- extensão de até sete linhas;
- cópia integral de texto(s) motivador(es) da proposta de redação e/ou de textos motivadores apresentados no caderno de questões;
- impropérios, desenhos e outras formas propositais de anulação;
- parte deliberadamente desconectada do tema proposto;
- assinatura, nome, apelido ou rubrica fora do local devidamente designado para a assinatura do participante;
- texto integralmente em língua estrangeira;
- folha de redação em branco, mesmo que haja texto escrito na folha de rascunho.

O que são partes deliberadamente desconectadas do tema proposto?

- reflexões sobre o próprio processo de escrita,
- bilhetes em geral (destinados à banca avaliadora, por exemplo),
- mensagens iniciadas por hashtag,
- mensagens de protesto,
- orações,
- mensagens religiosas,
- trechos de música, de hino, de poema ou de qualquer texto.

Desde que estejam desarticulados da argumentação feita na redação. Isso quer dizer que uma constatação de algum problema social, por exemplo, não é, por si só, avaliada como um protesto e, conseqüentemente, como parte desconectada, se estiver devidamente articulada à argumentação construída ao longo da redação. Em suma, para ter sua redação anulada por esse critério, é preciso que você insira, de forma proposital, pontual e desarticulada, elementos que são estranhos ao tema e ao tipo de texto definidos pela proposta ou que atentem à seriedade do exame.

EXEMPLOS DE IDEIAS QUE FEREM OS DIREITOS HUMANOS

- defesa de tortura, mutilação, execução sumária e qualquer forma de “justiça com as próprias mãos”, isto é, sem a intervenção de instituições sociais devidamente autorizadas (o governo, as autoridades, as leis, por exemplo);
- incitação a qualquer tipo de violência motivada por questões de raça, etnia, gênero, credo, condição física, origem geográfica ou socioeconômica;
- explicitação de qualquer forma de discurso de ódio (voltado contra grupos sociais específicos).

FIQUE ATENTO

Apesar de a referência aos direitos humanos ocorrer apenas na Competência 5, a menção ou a apologia a tais ideias em qualquer parte de seu texto levará sua prova a ser anulada.

No ano de 2017, houve uma polêmica causada por ação judicial que proibia o Enem de anular a redação que ferisse os direitos humanos. Devemos ficar atentos ao que vai ser veiculado a respeito desse assunto durante o ano de 2018.



Exemplos de trechos que anularam redações no Enem 2016, com o tema “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”

- “para combater a intolerância religiosa, deveria acabar com a liberdade de expressão”
- “podemos combater a intolerância religiosa acabando com as religiões e implantando uma doutrina única”
- “o Estado deve paralisar as superexposições de crenças e proibir as manifestações religiosas ao público”
- “a pessoa que não respeita a devoção do próximo não deveria ter direito social, como o voto”
- “a única maneira de punir o intolerante é o obrigando a frequentar a igreja daquele que foi ofendido, para que aprenda a respeitar a crença do outro”
- “que o indivíduo que não respeitar a lei seja punido com a perda do direito de participação de sua religião, que ele seja retirado da sua religião como punição”
- “por haver tanta discriminação, o caminho certo que se tem a tomar é acabar com todas as religiões”
- “que a cada agressão cometida o agressor recebesse na mesma proporção, tanto agressão física como mental”
- “o governo deveria punir e banir essas outras “crenças”, que não sejam referentes a Bíblia”.

IMPORTANTE!

Para efeito de avaliação e de contagem do mínimo de linhas, a cópia parcial dos textos motivadores ou de questões objetivas do caderno de questões acarretará a desconsideração do número de linhas copiadas, valendo somente as que foram produzidas pelo participante.

IMPORTANTE!

Procure escrever sua redação com letra legível, para evitar dúvidas no momento da correção. Redação com letra ilegível não poderá ser avaliada.

IMPORTANTE! O título é elemento opcional na produção da sua redação e será considerado como linha escrita. Porém, o título não será avaliado em nenhum aspecto relacionado às competências da matriz de referência.

COMPETÊNCIAS AVALIADAS

COMPETÊNCIA 1

Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa

SÃO CONSIDERADOS DESVIOS DA ESCRITA FORMAL:

- Convenções da escrita: acentuação, ortografia, separação silábica, uso do hífen e uso de letras maiúsculas e minúsculas.
- Gramaticais: concordância verbal e nominal, flexão de nomes e verbos, pontuação, regência verbal e nominal e colocação pronominal.
- Escolha de registro: adequação à modalidade formal, isto é, ausência de uso de registro informal e/ou de marcas de oralidade.
- Escolha vocabular: emprego de vocabulário preciso, o que significa que as palavras selecionadas são usadas em seu sentido correto e apropriadas para o texto.

AValiação da Competência 1

| | |
|-------------------|---|
| 200 pontos | Demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizarem reincidência. |
| 160 pontos | Demonstra bom domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com poucos desvios gramaticais e de convenções da escrita. |
| 120 pontos | Demonstra domínio mediano da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita. |
| 80 pontos | Demonstra domínio insuficiente da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita. |
| 40 pontos | Demonstra domínio precário da modalidade escrita formal da língua portuguesa, de forma sistemática, com diversificados e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita. |
| 0 ponto | Demonstra desconhecimento da modalidade escrita formal da língua portuguesa. |

COMPETÊNCIA 2

Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.



Recomendações para atender plenamente às expectativas em relação à Competência 2:

- Leia com atenção a proposta da redação e os textos motivadores, para compreender bem o que está sendo solicitado.
- Evite ficar preso às ideias desenvolvidas nos textos motivadores, porque foram apresentadas apenas para despertar uma reflexão sobre o tema.
- Não copie trechos dos textos motivadores. Lembre-se de que eles foram apresentados apenas para despertar seus conhecimentos sobre o tema. Além disso, a recorrência de cópia é avaliada negativamente e fará com que seu texto tenha uma pontuação mais baixa.
- Reflita sobre o tema proposto para definir qual será o foco da discussão, isto é, para decidir como abordá-lo, qual será o ponto de vista adotado e como defendê-lo.
- Utilize informações de várias áreas do conhecimento, demonstrando que você está atualizado em relação ao que acontece no mundo. Essas informações devem ser usadas de modo produtivo no seu texto, evidenciando que elas servem a um propósito muito bem definido: ajudá-lo a validar seu ponto de vista. Isso significa que essas informações devem estar articuladas à discussão desenvolvida em sua redação. Informações soltas no texto, por mais variadas e interessantes, perdem sua relevância quando não associadas à defesa do ponto de vista desenvolvido em seu texto.
- Mantenha-se dentro dos limites do tema proposto, tomando cuidado para não se afastar do seu foco. Esse é um dos principais problemas identificados nas redações. Nesse caso, duas situações podem ocorrer: fuga total ou tangenciamento ao tema.

IMPORTANTE!

Para evitar que seja atribuída nota zero a seu texto por fuga ao tema, é importante que você desenvolva uma discussão dentro dos limites do tema definido pela proposta. Mencioná-lo apenas no título, por exemplo, ou deixá-lo subentendido, supondo que a banca irá saber sobre o que você está falando, não é suficiente. Por isso, muita atenção à abordagem do tema, que deve ser clara e explícita.

O que é tangenciar o tema?

- Considera-se tangenciamento ao tema uma abordagem parcial baseada somente no assunto mais amplo a que o tema está vinculado, deixando em segundo plano a discussão em torno do eixo temático objetivamente proposto.
- No Enem 2016, foi configurado como tangenciamento ao tema o encaminhamento que tratou, por exemplo, de: violência relacionada ao terrorismo religioso no plano internacional, sem associá-la à questão da intolerância no Brasil; discussão sobre as leis que subvencionam a religião no Estado, sem relacioná-las à intolerância religiosa no Brasil; a definição da intolerância religiosa sem efetiva discussão sobre formas de combate a essa prática; ou, ainda, a caracterização de religiosos intolerantes.

O que é não atender ao tipo textual?

- Não atende ao tipo textual a redação que esteja predominantemente fora do padrão dissertativo-argumentativo, sem apresentar quaisquer indícios de caráter dissertativo (explicações, exemplificações, análises ou interpretações de aspectos dentro da temática solicitada) ou de caráter argumentativo (defesa ou refutação de ideias dentro da temática solicitada).

O QUE É UM TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO?

- O texto dissertativo-argumentativo se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. É fundamentado com argumentos, para influenciar a opinião do leitor, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Daí a sua dupla natureza: é argumentativo porque defende uma tese, uma opinião, e é dissertativo porque se utiliza de explicações para justificá-la.
- O objetivo desse texto é, em última análise, convencer o leitor de que o ponto de vista em relação à tese apresentada é acertado e relevante. Para tanto, mobiliza informações, fatos e opiniões, à luz de um raciocínio coerente e consistente.
- A sua redação atenderá às exigências de elaboração de um texto dissertativo-argumentativo se combinar os dois princípios de estruturação, explicitados a seguir.



I – Apresentar uma tese, desenvolver justificativas para comprovar essa tese e uma conclusão que dê fecho à discussão elaborada no texto, compondo o processo argumentativo (ou seja, apresentar proposição, desenvolvimento e conclusão).

TESE – É a ideia que você vai defender no seu texto. Ela deve estar relacionada ao tema e apoiada em argumentos ao longo da redação. ARGUMENTOS – É a justificativa para convencer o leitor a concordar com a tese defendida. Cada argumento deve responder à pergunta “por quê?” em relação à tese defendida.

II – Utilizar estratégias argumentativas para expor o problema discutido no texto e detalhar os argumentos utilizados.

ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS – São recursos utilizados para desenvolver os argumentos, de modo a convencer o leitor: • exemplos; • dados estatísticos; • pesquisas; • fatos comprováveis; • citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto; • pequenas narrativas ilustrativas; • alusões históricas; e • comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos.



ATENÇÃO! Será atribuída nota zero à redação que não obedecer à estrutura dissertativoargumentativa, mesmo que atenda às exigências dos outros critérios de avaliação. Você não deve, portanto, elaborar um poema ou reduzir o seu texto à narração de uma história ou a um depoimento de experiência pessoal. No processo argumentativo, é possível apresentar trechos narrando acontecimentos que justificam a tese, mas o texto não pode se reduzir a uma narração, por esta não apresentar os princípios de estruturação solicitados.

AValiação da Competência 2

| | |
|-------------------|---|
| 200 pontos | Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo, e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. |
| 160 pontos | Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente e apresenta bom domínio do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão. |
| 120 pontos | Desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão. |
| 80 pontos | Desenvolve o tema recorrendo à cópia de trechos dos textos motivadores ou apresenta domínio insuficiente do texto dissertativo-argumentativo, não atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão. |
| 40 pontos | Apresenta o assunto, tangenciando o tema, ou demonstra domínio precário do texto dissertativo-argumentativo, com traços constantes de outros tipos textuais. |
| 0 ponto | Fuga ao tema/não atendimento à estrutura dissertativo-argumentativa. Nestes casos, a redação recebe nota zero e é anulada. |

COMPETÊNCIA 3

- Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista

FATORES RELACIONADOS À COMPETÊNCIA 3

- relação de sentido entre as partes do texto;
- precisão vocabular;
- seleção de argumentos;
- progressão temática adequada ao desenvolvimento do tema, revelando que a redação foi planejada e que as ideias desenvolvidas são pouco a pouco apresentadas, em uma ordem lógica; e
- adequação entre o conteúdo do texto e o mundo real.

O QUE É COERÊNCIA?

- A coerência se estabelece por meio das ideias apresentadas no texto e dos conhecimentos dos interlocutores, garantindo a construção do sentido de acordo com as expectativas do leitor. Está, pois, ligada ao entendimento, à possibilidade de interpretação dos sentidos do texto. O leitor poderá compreender esse texto, refletir a respeito das ideias nele contidas e, em resposta, reagir de maneiras diversas: aceitar, recusar, questionar e até mesmo mudar seu comportamento em face das ideias do autor, compartilhando ou não da sua opinião.

O QUE É PROJETO DE TEXTO?

- Projeto de texto é o planejamento prévio à escrita da redação. É o esquema que se deixa perceber pela organização estratégica dos argumentos presentes no texto. É nele que são definidos quais os argumentos que serão mobilizados para a defesa de sua tese, quais os momentos de introduzi-los e qual a melhor ordem para apresentá-los, de modo a garantir que o texto final seja articulado, claro e coerente. Assim, o texto que atende às expectativas referentes à Competência 3 é aquele no qual é possível perceber a presença implícita de um projeto de texto, ou seja, aquele em que é claramente identificável a estratégia escolhida por quem está escrevendo para defender seu ponto de vista.

RECOMENDAÇÕES:

- Reúna todas as ideias que lhe ocorrerem sobre o tema e depois selecione as que forem pertinentes para a defesa do seu ponto de vista, procurando organizá-las em uma estrutura coerente para usá-las no desenvolvimento do seu texto.
- Verifique se informações, fatos, opiniões e argumentos selecionados são pertinentes para a defesa do seu ponto de vista.
- Na organização das ideias selecionadas para serem abordadas em seu texto, procure definir uma ordem que possibilite ao leitor acompanhar o seu raciocínio facilmente, o que significa que a progressão textual deve ser fluente e articulada com o projeto do texto.
- Examine, com atenção, a introdução e a conclusão para ver se há coerência entre o início e o fim e observe se o desenvolvimento de seu texto apresenta argumentos que convergem para o ponto de vista que você está defendendo.

AValiação da Competência 3

| | |
|-------------------|---|
| 200 pontos | Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista. |
| 160 pontos | Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, em defesa de um ponto de vista. |
| 120 pontos | Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, limitados aos argumentos dos textos motivadores e pouco organizados, em defesa de um ponto de vista. |
| 80 pontos | Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, mas desorganizados ou contraditórios e limitados aos argumentos dos textos motivadores, em defesa de um ponto de vista. |
| 40 pontos | Apresenta informações, fatos e opiniões pouco relacionados ao tema ou incoerentes e sem defesa de um ponto de vista. |
| 0 ponto | Apresenta informações, fatos e opiniões não relacionados ao tema e sem defesa de um ponto de vista. |

COMPETÊNCIA 4

Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

Encadeamento textual

- Para garantir a coesão textual, devem ser observados determinados princípios em diferentes níveis: – Estruturação dos parágrafos – Um parágrafo é uma unidade textual formada por uma ideia principal à qual se ligam ideias secundárias. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos podem ser desenvolvidos por comparação, por causa-consequência, por exemplificação, por detalhamento, entre outras possibilidades. Deve haver uma articulação entre um parágrafo e outro.

Estruturação dos períodos

- – Pela própria especificidade do texto dissertativo-argumentativo, os períodos do texto são, normalmente, estruturados de modo complexo, formados por duas ou mais orações, para que se possa expressar as ideias de causa-consequência, contradição, temporalidade, comparação, conclusão, entre outras.

Referenciação

- As referências a pessoas, coisas, lugares, fatos são introduzidas e, depois, retomadas, à medida que o texto vai progredindo. Esse processo pode ser realizado mediante uso de pronomes, advérbios, artigos ou vocábulos de base lexical, estabelecendo relações de sinonímia, antonímia, hiponímia, hiperonímia, e de expressões resumitivas, metafóricas ou metadiscursivas.

RECOMENDAÇÕES

Procure utilizar as seguintes estratégias de coesão para se referir a elementos que já apareceram no texto:

- a) substituição de termos ou expressões por pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, advérbios que indicam localização, artigos;
- b) substituição de termos ou expressões por sinônimos, hipônimos, hiperônimos ou expressões resumitivas;
- c) substituição de substantivos, verbos, períodos ou fragmentos do texto por conectivos ou expressões que resumam e retomem o que já foi dito; e
- d) elipse ou omissão de elementos que já tenham sido citados ou que sejam facilmente identificáveis

AValiação da Competência 4

| | |
|-------------------|---|
| 200 pontos | Articula bem as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos. |
| 160 pontos | Articula as partes do texto com poucas inadequações e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos. |
| 120 pontos | Articula as partes do texto de forma mediana, com inadequações, e apresenta repertório pouco diversificado de recursos coesivos. |
| 80 pontos | Articula as partes do texto de forma insuficiente, com muitas inadequações, e apresenta repertório limitado de recursos coesivos. |
| 40 pontos | Articula as partes do texto de forma precária. |
| 0 pontos | Não articula as informações. |

COMPETÊNCIA 5

- Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos

Seu texto será avaliado com base na combinação dos seguintes critérios:

- a) presença de proposta X ausência de proposta;
e
- b) proposta com detalhamento dos meios para sua realização X proposta sem detalhamento dos meios para sua realização.

AValiação da Competência 5

| | |
|-------------------|---|
| 200 pontos | Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto. |
| 160 pontos | Elabora bem proposta de intervenção, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto. |
| 120 pontos | Elabora de forma mediana proposta de intervenção, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto. |
| 80 pontos | Elabora de forma insuficiente proposta de intervenção, relacionada ao tema ou não articulada à discussão desenvolvida no texto. |
| 40 pontos | Apresenta proposta de intervenção vaga, precária ou relacionada apenas ao assunto. |
| 0 ponto | Não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto. |

Proposta de Redação | Enem 2016

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
 - fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
 - apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
 - apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.
-

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

Em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil e com toda a legislação que assegura a liberdade de crença religiosa às pessoas, além de proteção e respeito às manifestações religiosas, a laicidade do Estado deve ser buscada, afastando a possibilidade de interferência de correntes religiosas em matérias sociais, políticas, culturais etc.

Disponível em www.mprj.mp.br. Acesso em 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO II

O direito de criticar dogmas e encaminhamentos é assegurado como liberdade de expressão, mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

STECK, J. Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade. *Jornal do Senado*. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO III

CAPÍTULO I

Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso | Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo

Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

BRASIL. Código Penal. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO IV

Intolerância Religiosa no Brasil

Fiéis de religiões afro-brasileiras são as principais vítimas de discriminação

Número de denúncias por religião (2011 a julho de 2014)



1

denúncia a
cada 3 dias



213

denúncias com
religião não informada



20%

dos episódios
relatados em 2013
envolveram violência
física



12%

dos episódios
relatados até jul. 2014
envolveram
violência física

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República | Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 31 maio 2016 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

REDAÇÕES NOTA 1000



Tolerância na prática

A Constituição Federal de 1988 – norma de maior hierarquia no sistema jurídico brasileiro – assegura a todos a liberdade de crença. Entretanto, os frequentes casos de intolerância religiosa mostram que os indivíduos ainda não experimentam esse direito na prática. Com efeito, um diálogo entre sociedade e Estado sobre os caminhos para combater a intolerância religiosa é medida que se impõe.

Em primeiro plano, é necessário que a sociedade não seja uma reprodução da casa colonial, como disserta Gilberto Freyre em “Casa-grande e Senzala”. O autor ensina que a realidade do Brasil até o século XIX estava compactada no interior da casa-grande, cuja religião oficial era católica, e as demais crenças – sobretudo africanas – eram marginalizadas e se mantiveram vivas porque os negros lhes deram aparência cristã, conhecida hoje por sincretismo religioso. No entanto, não é razoável que ainda haja uma religião que subjugue as outras, o que deve, pois, ser repudiado em um Estado laico, a fim de que se combata a intolerância de crença.

De outra parte, o sociólogo Zygmunt Bauman defende, na obra “Modernidade Líquida”, que o individualismo é uma das principais características – e o maior conflito – da pós-modernidade, e, conseqüentemente, parcela da população tende a ser incapaz de tolerar diferenças. Esse problema assume contornos específicos no Brasil, onde, apesar do multiculturalismo, há quem exija do outro a mesma postura religiosa e seja intolerante àqueles que dela divergem. Nesse sentido, um caminho possível para combater a rejeição à diversidade de crença é desconstruir o principal problema da pós-modernidade, segundo Zygmunt Bauman: o individualismo.

Urge, portanto, que indivíduos e instituições públicas cooperem para mitigar a intolerância religiosa. Cabe aos cidadãos repudiar a inferiorização das crenças e dos costumes presentes no território brasileiro, por meio de debates nas mídias sociais capazes de desconstruir a prevalência de uma religião sobre as demais. Ao Ministério Público, por sua vez, compete promover as ações judiciais pertinentes contra atitudes individualistas ofensivas à diversidade de crença. Assim, observada a ação conjunta entre população e poder público, alçará o país a verdadeira posição de Estado Democrático de Direito.

Tolerância na prática

A Constituição Federal de 1988 – norma de maior hierarquia no sistema jurídico brasileiro – assegura a todos a liberdade de crença. Entretanto, os frequentes casos de intolerância religiosa mostram que os indivíduos ainda não experimentam esse direito na prática. Com efeito, um diálogo entre sociedade e Estado sobre os caminhos para combater a intolerância religiosa é medida que se impõe.



Em primeiro plano, é necessário que a sociedade não seja uma reprodução da casa colonial, como disserta Gilberto Freyre em "Casa-grande e Senzala". O autor ensina que a realidade do Brasil até o século XIX estava compactada no interior da casa-grande, cuja religião oficial era católica, e as demais crenças – sobretudo africanas – eram marginalizadas e se mantiveram vivas porque os negros lhes deram aparência cristã, conhecida hoje por sincretismo religioso. No entanto, não é razoável que ainda haja uma religião que subjugu as outras, o que deve, pois, ser repudiado em um Estado laico, a fim de que se combata a intolerância de crença.



De outra parte, o sociólogo Zygmunt Bauman defende, na obra "Modernidade Líquida", que o individualismo é uma das principais características – e o maior conflito – da pós-modernidade, e, conseqüentemente, parcela da população tende a ser incapaz de tolerar diferenças. Esse problema assume contornos específicos no Brasil, onde, apesar do multiculturalismo, há quem exija do outro a mesma postura religiosa e seja intolerante àqueles que dela divergem. Nesse sentido, um caminho possível para combater a rejeição à diversidade de crença é desconstruir o principal problema da pós-modernidade, segundo Zygmunt Bauman: o individualismo.



Urge, portanto, que indivíduos e instituições públicas cooperem para mitigar a intolerância religiosa. Cabe aos cidadãos repudiar a inferiorização das crenças e dos costumes presentes no território brasileiro, por meio de debates nas mídias sociais capazes de desconstruir a prevalência de uma religião sobre as demais. Ao Ministério Público, por sua vez, compete promover as ações judiciais pertinentes contra atitudes individualistas ofensivas à diversidade de crença. Assim, observada a ação conjunta entre população e poder público, alçará o país a verdadeira posição de Estado Democrático de Direito.

Comentários:

O participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e há desvio apenas na última linha, em que o participante não usa o sinal grave indicativo de crase em “alçará o país à verdadeira posição de Estado Democrático de Direito”.

Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que o participante apresenta tese, desenvolvimento de justificativas que comprovem essa tese e conclusão. Ou seja, o participante apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Além disso, o tema é abordado de forma completa: já no primeiro parágrafo, trata-se tanto da intolerância religiosa quanto dos caminhos para combatê-la, os quais são desenvolvidos ao longo do texto.

Observa-se no texto a presença de repertório sociocultural no 2º parágrafo, em que se faz referência à obra de Gilberto Freyre, e no 3º parágrafo, em que cita a obra de Zygmunt Baumann. Destaca-se que o participante faz uso produtivo desse repertório sociocultural, uma vez que as informações são trazidas ao texto com um propósito e estão articuladas à discussão apresentada.

Percebe-se, ao longo da redação, a presença de projeto de texto estratégico, que se configura na organização e no desenvolvimento do texto. O participante apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada para defender seu ponto de vista de que, na prática, os brasileiros não possuem de fato o direito à liberdade religiosa e, para mudar esse contexto, é necessário haver um diálogo entre sociedade e Estado.

Há também, nesta redação, um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação entre os parágrafos (“em primeiro plano”, “de outra parte”, “portanto”) e entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (1º parágrafo: “entretanto”, “esse”, “com efeito”; 2º parágrafo: “no entanto”, “pois”; 3º parágrafo: “esse”, “onde”, “nesse sentido”; 4º parágrafo: “por sua vez”, “assim”; etc.).

Por fim, o participante elabora excelente proposta de intervenção, concreta, detalhada e que respeita os direitos humanos. As propostas apresentadas têm como agentes a sociedade e o Estado, como o participante já havia adiantado na apresentação de sua tese.



Redação de **Jordana Botim Bosa**

Prática religiosa um direito de todos.

A curiosidade humana acerca do desconhecido é a sua insaciabilidade de explorar o mundo ao seu redor. Desde os primórdios, o homem atribuiu acontecimentos de seu cotidiano à vontade de seres sobrenaturais. Apesar dos avanços científicos e de suas respostas lógicas para fatos da realidade, as crenças em divindades permearam a história e continuam muito presentes nas sociedades, talvez por suprirem a necessidade humana de conforto, talvez por levarem à transcendência espiritual. Atualmente, a grande diversidade religiosa existente traz a possibilidade de esgotar a cada cidade e sua população e, ou deveria ser, garantida a todos os membros de uma população. Contudo, práticas de intolerância religiosa vêm impedindo um número cada vez maior de pessoas de exercitarem tal direito, ferindo sua dignidade e devendo, portanto, serem combatidas ulteriormente.

O contexto histórico brasileiro indubitavelmente influencia esta questão. A colonização portuguesa buscou catequizar os nativos de acordo com a religião europeia da época: a católica. Com a chegada dos negros africanos, décadas depois, houve repressão cultural e, consequentemente, religiosa que, infelizmente, persiste até os dias de hoje. Prova disso é o caso de uma menina carioca praticante de candomblé que, em junho de 2018, foi ferida com pedradas, e seus acompanhantes, alvos de provocações e xingamentos. Ainda que a violência verbal, assim como a física, vá contra a Constituição Federal, os agressores fugiram e, como em outras ocorrências, não foram punidos.

Além disso, é importante destacar que intolerância religiosa é crime de ódio: não é sobre ter a liberdade de expressar um descontentamento ou criticar certa crença, mas sim sobre a tentativa de imposição, a partir da agressão, de entendimentos pessoais acerca do assunto em detrimento dos julgamentos individuais de outro sobre o que ele acredita ser certo ou errado para sua própria vida. Tal visão etnocêntrica tem por consequência a falta de respeito para com o próximo, acarretando em episódios impensáveis e humilhantes para aqueles que os vivenciam.

Conclui-se, então, que o combate à discriminação religiosa é de suma importância para que se assegure um dos direitos mais antigos a todas as pessoas e, por conseguinte, seu bem-estar. Para isso, é preciso que os órgãos especializados, em parceria às delegacias de denúncia, ajam de acordo com a lei, investigando e punindo os agressores de forma adequada. Ademais, o governo deve promover campanhas contra condutas de intolerância e as escolas devem gerar debates, informando seus alunos sobre o tema e desconstruindo preconceitos desde cedo. Por fim, a mídia pode abordar a intolerância religiosa como assunto de suas notícias, visto que causa forte impacto na vida social. Assim, o respeito será base para a construção de um Brasil mais tolerante e preocupado com a garantia dos direitos humanos de sua população.



Redação de **Jordana Bottin Ecco**

Prática religiosa um direito de todos

A curiosidade humana acerca do desconhecido e a sua incapacidade de explicá-lo através da razão fez com que, desde os primórdios, o homem atribuísse acontecimentos do seu cotidiano à vontade de seres sobrenaturais. Apesar dos avanços científicos e de suas respostas lógicas para fatos da realidade, as crenças em divindades perpassaram a história e continuam muito presentes nas sociedades, talvez por suprirem a necessidade humana de reconforto, talvez por levarem à transcendência espiritual. Atualmente, a grande diversidade religiosa existente traz a possibilidade de escolha a cada cidadão e essa liberdade é, ou deveria ser, garantida a todos os membros de uma população. Contudo, práticas de intolerância religiosa vêm impedindo um número cada vez maior de pessoas de exercitarem tal direito, ferindo sua dignidade e devendo, portanto, serem combatidas veementemente.



O contexto histórico brasileiro indubitavelmente influencia essa questão. A colonização portuguesa buscou catequizar os nativos de acordo com a religião europeia da época: a católica. Com a chegada dos negros africanos, décadas depois, houve repressão cultural e, conseqüentemente, religiosa que, infelizmente, perpetua até os dias de hoje. Prova disso é o caso de uma menina carioca praticante do candomblé que, em junho de 2015, foi ferida com pedradas, e seus acompanhantes, alvos de provocações e xingamentos. Ainda que a violência verbal, assim como a física, vá contra a Constituição Federal, os agressores fugiram e, como em outras ocorrências, não foram punidos.



Além disso, é importante destacar que intolerância religiosa é crime de ódio: não é sobre ter a liberdade de expressar um descontentamento ou criticar certa crença, mas sim sobre a tentativa de imposição, a partir da agressão, de entendimentos pessoais acerca do assunto em detrimento dos julgamentos individuais do outro sobre o que ele acredita ser certo ou errado para sua própria vida. Tal visão etnocêntrica tem por consequência a falta de respeito para com o próximo, acarretando em episódios imprescritíveis e humilhantes para aqueles que os vivenciam.



Conclui-se, então, que o combate à discriminação religiosa é de suma importância para que se assegure um dos direitos mais antigos a todas as pessoas e, por conseguinte, seu bem-estar. Para isso, é preciso que os órgãos especializados, em parceria às delegacias de denúncia, ajam de acordo com a lei, investigando e punindo os agressores de forma adequada. Ademais, o governo deve promover campanhas contra condutas de intolerância e as escolas devem gerar debates, informando seus alunos sobre o tema e desconstruindo preconceitos desde cedo. Por fim, a mídia pode abordar a intolerância religiosa como assunto de suas novelas, visto que causa forte impacto na vida social. Assim, o respeito será base para a construção de um Brasil mais tolerante e preocupado com a garantia dos direitos humanos de sua população.

Comentários:

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e há apenas dois desvios ao longo do texto: a regência de acarretar no 3º parágrafo – “acarretando em episódios” – e de parceria no último parágrafo – “em parceria às delegacias”.

Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que a participante apresenta tese, desenvolvimento de justificativas que comprovem essa tese e conclusão. Ou seja, a participante apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Além disso, o tema é abordado de forma completa: já no primeiro parágrafo, trata-se tanto da intolerância religiosa quanto da necessidade de combatê-la.

Observa-se a presença de repertório sociocultural no 2º parágrafo, quando a participante aponta o contexto histórico de colonização no Brasil. Destaca-se o uso produtivo dessa informação, uma vez que ela está articulada à discussão apresentada no texto.

Percebe-se também, ao longo da redação, a presença de projeto de texto estratégico, que se configura na organização e no desenvolvimento do texto. A participante apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada para defender seu ponto de vista de que, apesar da grande diversidade de religião e da necessidade de garantir a liberdade à população, a intolerância impede essa garantia e deve ser combatida.

Em relação à coesão, encontra-se, nesta redação, repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação entre os parágrafos (“essa questão”, “além disso”, “então”) e entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (1º parágrafo: “explicá-lo”, “apesar de”, “contudo”; 2º parágrafo: “disso”, “assim como”; 3º parágrafo: “mas sim”, “tal”; 4º parágrafo: “por conseguinte”, “para isso”, “ademais”, “por fim”, “visto que”, “assim”).

Além disso, a participante elabora excelente proposta de intervenção, concreta, detalhada e que respeita os direitos humanos: ela propõe a investigação e a punição dos agressores de forma adequada, a promoção de campanhas e debates e, por fim, a divulgação do assunto pela mídia.

REDAÇÃO
NO ENEM 2017- CARTILHA DO PARTICIPANTE
(Disponível em:
inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2017/manual_de_redacao_do_enem_2017.pdf)

Apresentação elaborada pela Professora de Língua Portuguesa Mônica Schoen, da
EE Dr. Carlos Augusto de Freitas Villalva Júnior

INEP MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO